

Só política salarial será votada

Andrei Meireles

Com uma pauta repleta de projetos da maior importância, que vão desde a regulamentação de questões essenciais definidas pela nova Constituição até a decisão sobre os salários a serem pagos aos trabalhadores neste e nos próximos meses, o Congresso Nacional, na avaliação praticamente unânime das lideranças partidárias, só deverá votar antes das eleições de outubro a política salarial. No Senado, as oposições ainda farão um esforço para tentar aprovar dois projetos que já passaram pela Câmara — o Código de Defesa do Consumidor e o Plano de Custeio e de Benefícios da Previdência Social.

A expectativa dos parlamentares é de que o atual Congresso Nacional, responsável quando Constituinte pela elaboração da nova Constituição, deixará para o próximo Parlamento, que tem a função de revisá-la, a regulamentação de vários dispositivos constitucionais.

As propostas

Na Câmara, aguardam votação

após tramitar pelas comissões técnicas alguns projetos considerados bastante importantes. Dentre eles, a regulamentação da edição e da tramitação das Medidas Provisórias, que vem sendo obstruída pelos partidos governistas por considerá-la restritiva ao uso das MPs pelo Executivo. Outro projeto que está há tempos para ser votado, mas é sistematicamente obstruído pelo PDS e pelo PFL, é o que regulamenta a cobrança máxima de juros reais de 12 por cento ao ano pelo sistema financeiro. Também aguarda a votação a regulamentação do funcionamento do próprio sistema financeiro, que, ao ser aprovada, extinguirá automaticamente, de acordo com a Constituição, o Conselho Monetário Nacional, cuja existência foi no início de julho prorrogada pela terceira vez. Desta vez, até dezembro deste ano.

Na Câmara, aguardam também na fila de votação os projetos de Lei Agrícola, o Regime Jurídico Único e o Plano de Carreira do

Funcionalismo Público, o projeto de Lei das Diretrizes para a Educação, a regulamentação do Conselho de Defesa Nacional, e a proposta de autoria do senador Fernando Henrique Cardoso, já aprovada no Senado, fixando regras para a participação dos empregados nos lucros das empresas.

No final de junho, a Presidência da Câmara suspendeu a eleição pelos deputados de dois cidadãos para integrar o Conselho da República. O prazo final para esta eleição se encerra na próxima semana, mas até o momento as lideranças partidárias ainda não se reuniram para tentar um acordo em torno dos nomes dos candidatos.

No Senado Federal, além do Código do Consumidor e da Lei da Previdência Social, estão na pauta, mas só serão votados se for obtido o número necessário de 50 assinaturas de senadores para lhe concederem a tramitação em regime de urgência urgentíssima, os projetos sobre o Sistema Único de Saúde e a Lei de Assistência Social.